

CARTA DE RIBEIRÃO PRETO

O Fórum de Inovação Tecnológica, Inclusão Social e Redes de Cooperação realizou-se no município de Ribeirão Preto nos dias 19 e 20 de Outubro de 2005.

O Fórum pode ser considerado como exitoso. Ele conseguiu aproximar os diferentes e qualificados agentes da região com os principais protagonistas governamentais da área de pesquisa, fomento e financiamento da ciência e tecnologia. Estiveram presentes parlamentares, prefeitos e representantes oficiais da maioria dos municípios, universidades, instituições de ensino e pesquisa e ainda diversas entidades empresariais e da sociedade civil da região.

A participação do Ministério da Ciência e Tecnologia e dos representantes do Governo do Estado de São Paulo foi decisiva. Mais uma vez, demonstram-se as vantagens da postura propositiva, buscando informar e contatar demandantes. A finalidade dessa postura é a democratização do acesso às linhas públicas de apoio e fomento à inovação, à ciência e à tecnologia.

Ao apresentar as diferenças presentes na região, o Fórum possibilitou uma ampliação do conhecimento sobre a mesma, buscando integrar os aspectos econômicos aos sócio-ambientais. Neste sentido, trouxe uma reflexão acerca das diversidades, das identidades e das possibilidades de cooperação para o desenvolvimento humano e combate à exclusão social.

Nos debates, o Fórum destacou a relevância do enfoque regional partindo de uma visão integrada e sustentável, sem desconsiderar as especificidades de cada município. Ficou evidenciado, através dos debates, que para grande parte dos problemas locais não existe solução individualizada. A saída, segundo os participantes do Fórum, está na organização de parcerias, através de redes de cooperação, que assegurem a consolidação e unificação dos diagnósticos dos problemas, bem como a articulação e operacionalização das decisões.

Sobre sua relevância econômica, ficou registrado, que a qualidade dos solos e do clima permite que esta seja uma das principais regiões agrícolas do Estado de São Paulo e do país, caracterizando-se por uma grande produção e por elevados níveis de rendimento das culturas. Destacou-se, que a região é responsável por um PIB de US\$ 22 bilhões (10% do PIB estadual e 2% do brasileiro) sendo a maior produtora mundial de açúcar e álcool.

As Principais vantagens competitivas da região podem ser resumidas em três: ser dotada de extensa malha rodoviária de alta capacidade que facilita o escoamento da produção para os mercados consumidores; possuir excelente base de ensino e pesquisa, notadamente nas áreas médica, agrônômica e de alimentos; e dispor de abundante mão-de-obra com alta qualificação técnico-profissional. Identificou-se que foi em função desses fatores, aliados às condições muito favoráveis à agricultura (clima e solo), que a região se tornou uma das mais ricas e prósperas do Estado, apresentando elevado padrão de vida (renda, consumo, longevidade) e bons indicadores sociais (saúde, educação e saneamento). Esses indicadores econômicos e sociais ancoram-se em uma estrutura econômica forte e diversificada, tanto no município pólo, como na região, baseados no tripé Agricultura (com ênfase na cana-de-açúcar e laranja), Indústria (em especial a agroindústria e em seguida os setores metal-mecânico e médico-odontológico) e Serviços (diversificados e de crescente complexidade).

Os setores de ensino, pesquisa, extensão e de inovação tecnológica, centros de excelência reconhecidos, podem ter suas ações e atividades mais bem articuladas em programas de desenvolvimento local e regional com foco na inclusão social.

Verificando os indicadores de rendimento médio mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, observa-se que todos os municípios da região, exceto Ribeirão Preto, encontram-se abaixo da média do Estado. Em relação à renda per capita, da mesma forma, excetuando o município pólo, os demais municípios estão abaixo da média estadual, e mais da metade desses (13 dos 25), está abaixo da média nacional. Analisando os indicadores sociais no âmbito local, depara-se com números bastante satisfatórios para a grande maioria dos municípios. No entanto, em alguns poucos, ocorre baixa cobertura de atendimento público. Tal fato reforça a necessidade de atenção especial sobre as desigualdades internas da região. Portanto, deve-se fomentar um esforço regional para operacionalização de redes de cooperação e políticas de

inclusão social de forma a universalizar os benefícios gerados pelo processo de desenvolvimento.

Outro aspecto relevante ressaltado nas diversas mesas e conferências foi a impossibilidade do desenvolvimento sustentável realizar-se sem a integração e envolvimento da sociedade como um todo. Para tanto, ficou clara a necessidade de aperfeiçoar os sistemas de instrumentalização, atualização legislativa e levantamento de dados físicos, econômicos e sociais que dêem suporte, análise e acompanhamento constante sobre a região.

O Fórum destacou, através de dados pesquisados, as carências e os contrastes existentes na região. Dentre essas questões, algumas pareceram mais relevantes: a necessidade da qualificação e capacitação para adaptação e recolocação do trabalhador, especialmente aquele desempregado pela modernização da atividade agrícola predominante (cana-de-açúcar), bem como, as necessidades decorrentes das mudanças e maior complexidade da economia; e a urgente análise e discussão do atual modelo de desenvolvimento econômico regional, baseado no agro-negócio, na perspectiva de seus impactos ambientais e das limitações de avanço das fronteiras agrícolas. Tal realidade possibilita reflexões sobre as alternativas e caminhos que permitam elaborar propostas articuladas regionalmente.

O Fórum ainda evidenciou a necessidade da construção de espaços coletivos que possibilitem a concertação de pactos e a sua implementação. Além disso, das discussões e encaminhamentos resultou evidente a necessidade de apoio técnico especializado permanente para formatação e encaminhamento de projetos, com vistas à obtenção de apoio de órgãos de fomento do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Concluindo, os participantes recomendaram de forma enfática a necessidade de assegurar o caráter permanente e continuado do Fórum. Destacaram, também, a necessidade de integrar outros Fóruns, instituições e agências de cooperação intermunicipais, já articulados ou em processo de articulação, para que reflitam e contribuam na construção de estratégias e superação dos desafios específicos.

Ribeirão Preto, 20/10/2005.

Propostas apresentadas pelos participantes nos Grupos de Trabalhos¹

I. Eixo da Inovação Tecnológica – Arranjo Produtivo Local.

01 - GT Arranjos Produtivos Locais

1. Desburocratizar o acesso ao financiamento das micro e pequenas empresas.
 2. Fortalecer apoios financeiros as entidades gestoras de programas de desenvolvimento às micro e pequenas empresas nascentes ou em desenvolvimento.
 3. Promover encontros com empresários locais visando sensibilizá-los sobre a importância do trabalho em rede e a ciência e tecnologia como diferencial para mudanças e sucesso.
 4. Fomentar as parcerias entre as empresas, poder público local e as instituições de ensino técnico para qualificação da mão de obra necessária ao desenvolvimento das empresas.
 5. Possibilitar recursos financeiros para as entidades gestoras de programas de incubadoras para ofertas de bolsas de estágios em parcerias com as universidades e escolas técnicas.
-

II - Eixo da Inclusão Social (Políticas Públicas)

02 - GT Educação e cultura

6. Promover a continuidade dos projetos culturais independentemente da mudança de governo. Os projetos culturais devem ser promovidos como políticas públicas, e não como algo circunstancial ou pertencente a um governo.
7. Elaborar um acervo comum de dados culturais e históricos entre os municípios, em parceria com o projeto já realizado pelo IPERP (Instituto de Pesquisa e Estudo de Ribeirão Preto).

¹ Todas as informações produzidas no Fórum estão disponíveis e acessíveis no site www.uniemp.org.br/forunsregionais.

8. Criar um espaço, físico ou virtual, para a troca de experiências entre os municípios, visando sua integração em uma rede mais ampla.
9. Desenvolver software para facilitar a gestão pública, seja na integração entre as secretarias em torno de projetos comuns, seja na integração entre os municípios da região. Tais programas teriam seus custos reduzidos pela utilização de softwares livres e equipamentos usados (e-gov).

03 - GT Saúde

10. Realizar fórum, unindo técnicos da saúde da região, para elaborar diagnóstico conjunto dos municípios. A partir disso, identificar as potencialidades existentes para estabelecer as áreas de cooperação sensibilizando os agentes envolvidos.
11. Criar sistema de gestão compartilhada na área de saúde identificando e atribuindo as responsabilidades através da cooperação e consorciamento entre os municípios.
12. Melhorar os serviços e o acesso da população ao sistema de saúde visando a humanização da atenção integral a saúde.
13. Estimular a interação entre ensino-aprendizagem (pesquisa) e assistência à saúde.

04 - GT Desenvolvimento urbano e planos diretores

14. Qualificar os técnicos locais para desenvolvimento e implantação do Plano Diretor;
15. Solicitar aos governos federal, estadual, universidades e entidades da sociedade: bases cartográficas, espaciais e estudos geotécnicos atualizados para auxílio na elaboração do Plano Diretor; estruturação de roteiros para a produção de Planos Diretores, observando características e referências de municípios com até 70.000 habitantes;
16. Propor uma nova sistemática de planejamento a partir da perspectiva das bacias fomentando a participação dos gestores locais nos respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas.

05 - GT Desenvolvimento econômico e geração de trabalho, emprego e renda

17. Propor ao Ministério da Ciência e Tecnologia programas de qualificação para os servidores municipais da região.
18. Desenvolver um núcleo regional de pesquisa e inovação tecnológica para as questões ambientais, baseado em projetos pilotos já existentes, tendo como parceiros os municípios da região e ONG.

19. Construir, analisar e disponibilizar indicadores econômicos que sirvam de base para a tomada de decisões dos diversos segmentos da sociedade local e regional, no âmbito socioeconômico, com ênfases na classe empresarial.

06 - GT Gestão ambiental e turismo

20. Formar redes de cooperação na busca da sistematização e ampliação das ações já implantadas em alguns municípios.

21. Sensibilizar a sociedade e os agricultores da região para o tema proteção ambiental, a partir de programas como: a devolução de embalagens ou material tóxico utilizado, o uso de tecnologias limpas para a produção rural e o utilização racional dos recursos naturais.

22. Criar um Centro de atendimento ao turismo regional

23. Fomentar uma Agência de Desenvolvimento Local e Regional integral com enfoque no meio ambiente e turismo,

24. Implementar corredores ecológicos, nas margens dos rios, para a preservação da biodiversidade.

25. Ampliar a educação ambiental nos municípios através das redes municipais, estaduais e outras organizações da sociedade.

07 - GT Agricultura e desenvolvimento rural

26. Apoiar e fortalecer o Programa de Microbacias como uma importante ferramenta de desenvolvimento rural sustentado.

27. Envidar esforços para fortalecer as redes e parcerias entre a CATI, SAI, SEBRAE e poder público municipal para maior eficiência da manutenção e renovação dos contratos sem perda de continuidade.

28. Fortalecer os programas existentes desenvolvendo um pólo Regional de Inovação Tecnológica do Agro-negócio, no município de Jaboticabal/SP, para atendimento da demanda do entorno de municípios.

29. Indicar a área de empreendedorismo como prioritária no ensino de graduação às Universidades ligadas ao agro-negócio.

30. Estimular a rede pública de ensino técnico para o agro-negócio como demanda municipal.

31. Estimular e financiar à formação do movimento cooperativista com base regional de alcance dos municípios.

32. Criar condições de formação de rede de cooperação entre os agentes envolvidos no agro-negócio regional priorizando a formação de arranjos produtivos locais.

08 - GT Inclusão digital

33. Criar um Fórum virtual para Inclusão Digital que permita articular os diferentes atores que atuam em projetos similares na região e que tenha como pauta inicial:

- Pleitear junto às três esferas de governo, incentivos para Empresas e Universidades que desenvolvem projetos de inclusão digital.
- Elaborar projetos e propostas de inclusão digital a partir de experiências e demandas da comunidade e ambientados e adaptados aos locais onde ocorrerão.
- Sugerir ao Ministério da Ciência e Tecnologia a instituição de um Selo de Inclusão Digital, destinado a identificar as Instituições que desenvolvem projetos sobre essa temática.

34. Estimular a implantação de salas de convivência para estimular a sociabilidade e a troca de experiências entre os usuários, nos Centros de Inclusão Digital implantados.

35. Criar laboratórios de informática nas escolas e também em espaços públicos de fácil acesso à população, tanto na zona urbana como rural.

09 - GT Papel do parlamento municipal na definição de estratégias de desenvolvimento local e regional

36. Criar “ouvidorias das cidades” nas Câmaras Municipais.

37. Garantir que o parlamento municipal seja propulsor do debate público, envolvendo representantes do Estado e da sociedade.

38. Estimular a aproximação entre Câmaras Municipais e estudantes de todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior).

39. Implementar medidas que promovam a transparência das atividades do parlamento municipal

40. Estimular a integração e o intercâmbio de informações entre Câmaras Municipais, promovendo encontros, simpósios e seminários, para debate de temas relevantes à região.